

Leitura de prefácios, notas prévias e posfácios lexicográficos

Rita Leonor Prezeres Gonçalves

Universidade de Lisboa

A obra lexicográfica é sempre alvo de inúmeras críticas, por parte de consultores e estudiosos. No entanto, os seus autores têm objectivos e desejos bem definidos, aquando da realização das suas obras e propõem-nos de forma consciente e cuidada, numa tentativa de dar, ao público, um trabalho de valor. Por isso, esta comunicação surge no contexto de um trabalho que teve por finalidade conhecer o papel que o dicionário de língua desempenha, em termos socio-históricos para o seu autor ou editores das varias edições das obras.

Inicialmente, foram estudados quatro dicionários, mas as limitações impostas pelo tempo da exposição, apenas permitem a análise daqueles que me pareceram os prefácios mais relevantes.

“Dicionário da Língua Portuguesa” de António Morais e Silva

“Prólogo ao leitor” (1ª edição 1789)

Morais e Silva dá início ao prefácio, referindo-se à sua própria necessidade de instrução, que acabou por obter com os “nossos bons Autores”, de forma a melhor compreender as “cousas da Pátria”. Para bem cumprir este seu propósito contou com a ajuda do “Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Luiz Pinto de Sousa Coutinho”, a quem agradece e elogia fervorosamente, pelo modo como lhe disponibilizou a sua biblioteca. O seu estudo foi sempre acompanhado pelo vocabulário de Bluteau e foi assim que encontrou alguns problemas incontornáveis que explicita “muitas vezes em falta de vocábulos, e frases; e mui frequentemente sobejo em dissertações desapropriadas, e estranhas ao assunto, que fazem avolumar tanto a sua obra”. Tomando consciência destes factos, estudou esta obra de modo a delimitar aquilo que era, de facto português “deixando somente os termos da Mytologia, os da História antiga, e da Geografia, à imitação dos melhores Diccionaristas das línguas vivas”. Era, também, sua intenção omitir muitas palavras relacionadas com algumas realidades muito particulares de algumas regiões distantes, mas, não querendo ser acusado de tais omissões, acabou por as manter.

Apesar do seu estudo intensivo, que muito melhorou a obra de Bluteau, tem consciência de que muito pode, ainda, ser feito. E é com essa humildade realista que apresenta ao público os benefícios da obra pela qual é responsável: “basta que

conheça que lhe poupei a despeza de 10 volumes raros; que lhe dou o bom que nelles ha, muito melhorado, e por huma decima parte, ou pouco mais do seu custo”.

Para a inclusão de novos artigos, Moraes procurou a sua atestação em autores “Portuguezes castiços” e de boa qualidade, sabendo, no entanto, que alguns puristas podem ter opiniões divergentes e apresenta uma nota em que expõe a problemática envolvida na escolha dos autores, cuja escrita deve ser seguida e tida como correcta. Afirma que segue os autores clássicos, citando, para este propósito, os nomes de João de Barros e de Duarte Nunes de Leão.

Quanto à questão da Ortografia, afirma que utiliza uma norma imposta por uma vontade alheia, distinta daquela que, a seu ver, e a mais adequada: “Eu sou pela Orthografia Filosófica”. Cita, então, alguns dos clássicos portugueses, franceses, ingleses e da antiguidade grega, que contextualiza em algumas notas.

Termina o prólogo pedindo “aos homens judiciosos, e versados neste género de litteratura” que desculpem alguns erros ou descuidos que possam ter passado despercebidos, e a quem não tem autoridade para se poupar a críticas.

Especificidades da 10ª edição

Os editores começam por exaltar o facto de este ser o dicionário eleito por escritores portugueses, como Camilo ou Latino Coelho, por ser de grande fiabilidade “pelo que toca à exactidão de significados, diversidade de sentidos e segurança e riqueza de abonações clássicas”. No entanto, há que reconhecer que apresenta problemas graves no que respeita à ortografia, à prosódia, à etimologia, à fonética e às definições do vocabulário científico, especialmente nas áreas da Botânica e da Zoologia.

Afirmam que o facto de as edições do dicionário serem da responsabilidade de outrem, que não o autor, a partir da terceira, permitiu alterações que não tiveram nenhum tipo de benefícios. Isto foi motivo para tomarem para si esta responsabilidade, que se tornou ainda mais pertinente depois da aprovação da convenção de unificação ortográfica luso-brasileira, de 29 de Dezembro de 1943. Assim, para garantir a qualidade dos melhoramentos “foram escolhidos os professores Augusto Moreno, Cardoso Júpter e José Pedro Machado, homens de pulso experimentado em anteriores trabalhos linguísticos, cada qual com a sua especialidade, e todos bem conhecidos e reputados”. Estes mestres operaram uma revisão cuidada e procederam a várias alterações nas áreas mais críticas: actualização da ortografia e da prosódia; correcção da etimologia; inclusão de abonações de autores modernos, portugueses e brasileiros; ampliação e correcção do vocabulário científico.

Os brasileirismos foram alvo de intensos estudos de carácter lexicográfico, para que se pudesse dar especial atenção a esta variedade do português de uma forma mais completa do que alguma vez foi feito, quer em obras portuguesas, quer em obras brasileiras. A mesma atenção foi dada às formas arcaicas e quinhentistas, para as quais se encontram abonações nas melhores edições disponíveis. Orgulho-

tos desta faceta, em particular, afirmam: “Desta maneira se completa uma das principais riquezas do Dicionário de Moraes Silva”.

Seguidamente, apresentam o plano subjacente à feitura do dicionário, descrevendo os métodos e fontes de melhoramentos, para cada uma das áreas. Este tipo de exposição e característica do Dicionário de Cândido de Figueiredo, cujos prefácios apresentam uma configuração semelhante à que é utilizada nesta edição.

ORTOGRAFIA – Foi seguida a ortografia expressa no acordo Luso-Brasileiro, aprovado em Lisboa, em 1945.

PROSÓDIA – As regras prosódicas correspondem às que foram fixadas pelos *Vocabulários* da Academia das Ciências de Lisboa e da Academia Brasileira das Letras.

ETIMOLOGIA – As recolhas etimológicas foram feitas no *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* de Antenor Nascentes, nos *Comentários a Alguns Arabismos* de José Pedro Machado, nos trabalhos de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, de Augusto Magne, entre outros. Em caso de dúvida, surge a declaração “etimologia desconhecida”.

ABONAÇÃO – As abonações foram recolhidas de obras portuguesas e brasileiras.

VOCABULÁRIO CIENTÍFICO – Muitos ramos da ciência foram aprofundados, com especial destaque para a Química, a Botânica, a Zoologia, a Geologia e a Mineralogia.

Voltando a aspectos mais gerais de toda a composição do dicionário, naquilo que respeita, directamente, aos aspectos lexicológicos, os editores expõem algumas das mudanças mais significativas: os arcaísmos, provincianismos e neologismos, assim como as palavras compostas, foram analisados e classificados; os homónimos têm registos à parte e com índices numéricos, nos casos de mudança de étimo; para evitar confusões, as palavras homógrafas são assinaladas, com um acento secundário, nas formas que o possuam; quando a vogal tónica é fechada, é indicada a tonalidade da vogal predominante; mostram-se os antónimos e parónimos mais característicos das palavras que os têm; apresentam-se as preposições pedidas pelos verbos preposicionais; foram retiradas algumas formas populares mais grosseiras em prol da “estética morfológica da Língua”.

O prefácio termina com a expressão da convicção que os editores depositam na esperança de terem prestado uma justa e merecida homenagem a esta obra e ao seu autor.

Estranhamente, este prefácio não menciona o facto de esta obra, nesta edição, ter sido ampliado de um modo abissal, deixando de ter os clássicos dois volumes, para passar a ter doze, em que constam 306 949 vocábulos. Esta informação surge, apenas, na Nota Introdutoria da versão compacta feita a partir da 10ª edição.

“Novo Dicionário da Língua Portuguesa” de Cândido de Figueiredo**CONVERSAÇÃO PRELIMINAR****I – Razão da obra**

O autor inicia este capítulo com uma breve alusão à história da Lexicografia em Portugal, reconhecendo que, entre as muitas obras sem seriedade nem valor, existem “perduráveis monumentos de muito saber, de laboriosas e inestimáveis investigações, de honestíssimo e profícuo trabalho”. Assim, refere a importância do trabalho executado por Bluteau, Morais e Silva e os autores do único volume do “Dicionário da Academia Real das Sciencias”, como grandes pioneiros. Não deixa, no entanto de exprimir a sua indignação pelo facto de a maioria dos dicionários, que não os clássicos, seja apenas uma espécie de cópia destes, adicionando que esse é um factor determinante para o evidente desfasamento entre o avanço da língua e a estagnação dos dicionários.

Depois destas considerações, apresenta as motivações pessoais que o levaram à concretização deste trabalho. Como estudioso, enfrentou inúmeras contrariedades por não encontrar, nem nos melhores dicionários, muitos dos vocábulos mais correntes e utilizados, em áreas como a arte, a tecnologia, a ciência e a linguagem popular. A esta problemática acrescenta, ainda, alguns erros fulcrais cometidos e todas as obras de vulto, em que os autores apresentam incongruências metodológicas, erros nas definições, irregularidades prosódicas e outros tipos de faltas.

II – Materiaes da obra

Volta a mostrar o seu desagrado pelo modo como os dicionaristas tratam a linguagem popular, esquecendo a fonte de riqueza vocabular, que já Camilo reconhecia no povo, de norte a sul do país. Esses vocábulos, assim como alguns que apenas se encontram em manuscritos, são classificados como arcaísmos, facto que não se justifica, uma vez que se encontram em pleno uso em muitas regiões. Por isso, decidiu incluir, num inventário, muitas dessas palavras que apenas Camilo, nos seus livros, e alguns “folcloristas”, em suas recolhas, salvaram para a posteridade. Também os “provincianismos” merecem uma recolha cuidada por parte de quem ama o falar das gentes das várias regiões de todo o Portugal.

Cândido de Figueiredo continua a demonstrar a sua preocupação em estudar e conservar o vocabulário genuinamente português, não só em relação à linguagem popular que hoje vigora, como também à linguagem popular do passado e a linguagem culta de agora e de outros tempos, enumerando vários autores que, pela riqueza de suas obras, são as fontes de conhecimento lexical mais adequadas. Afirmar cumprir, assim, o seu dever: “o dicionarista tem, como dever capital, o reproduzir factos e interpretá-los.”, sabendo que será alvo de críticas ferozes. Mas a sua mentalidade

aberta, tanto para a manutenção de termos genuínos, como para a adopção explícita de palavras estrangeiras e neologismos, não se deixa intimidar nem pelos puristas.

O português falado fora dos limites de Portugal Continental não foi esquecido: “Explorei também a linguagem popular dos arquipélagos açoreano e madeirense; e, detendo a atenção na linguagem vulgar entre os Portugueses das nossas possessões ultramarinas, realizei larga colheita de expressões locais concernentes a usos, costumes, administração pública, vestuário, cerimónias e crenças dos indígenas de Angola, Moçambique, Estado da Índia, Macau e Timor.”. Para complementar o leque de países em que se fala a nossa língua, menciona o Brasil, que não poderia ser esquecido, pois “desde que um dicionário é destinado a todos os povos que falam português, não pode prescindir dos termos básicos que são inseparáveis da língua portuguesa”. Muitos autores nem sequer consideram estes termos como brasileirismos, mas apenas velhos portuguesismos ou palavras do Tupí.

Uma das áreas mais críticas é, sem dúvida, a da ciência, onde a língua portuguesa nunca foi particularmente actualizada. O autor encontrou, por isso, uma grande necessidade de pesquisar todas as fontes em que pudesse beber esse conhecimento, lançando-se na árdua tarefa de estudar atentamente as obras de áreas tão variadas como a Botânica, a Geologia, a Anatomia, a Medicina, a Química e outras, sendo a primeira e a última as mais complicadas.

A Etimologia é sempre uma das partes mais complicadas de um dicionário, e, no que se refere ao vocabulário científico, a questão torna-se ainda mais difícil de resolver, o que leva o autor a ter orgulho da sua obra: “nenhum dicionário português apresentou ainda tão copioso vocabulário etimológico, como o dicionário que estou prefaciando”, embora não se considere vaidoso, apenas realista.

III – Processo da obra

Depois do intenso trabalho de reunião dos vários materiais, era necessário optar por um de dois caminhos: uma obra extensa e desenvolvida ou uma síntese, limitada ao mais essencial. Optando pela segunda hipótese, contou com o investimento do querido amigo, que, numa nota de rodapé, identifica como sendo “O finado proprietário da casa editora *Tavares Cardoso e Irmão*, Sr. Avelino Tavares Cardoso”, que lhe pediu apenas que tivesse em conta as possibilidades económicas do público.

Apresenta algumas advertências e informações relativas ao modo como tratou as citações, justificando algum problema que, de alguma forma possam surgir, já que, nem sempre é possível fornecer a fonte com o rigor desejável, diz-nos a este propósito: “Excepcionalmente, cito uma ou outra locução sem indicar as fontes escritas, porque a recebi da linguagem oral ou dos registos avulsos e dispersos do falar do povo, como as canções populares, os prolóquios, etc.”.

Reconhecendo a importância de identificar os arcaísmos, explica que é, muitas vezes proceder à classificação de certa palavra como tal, se, por exemplo, é encon-

trada pela primeira vez. Mas não deixa de assinalar estas formas, como *antigas* ou *desusadas*, sempre que não parecem enquadrar-se no panorama vocabular da época.

A questão das palavras estrangeiras não deixa de preocupar o autor devido ao facto de a maioria dos puristas ter medo dos exageros que se podem cometer na adopção destas formas, mas descansa-os, dizendo que o seu bom senso sabe discernir quando elas se apresentam disparatadas.

Em relação às acepções das palavras, Cândido de Figueiredo seguiu, muitas vezes, a Academia Francesa, colocando em primeiro lugar a utilização mais frequente, sempre que a primitiva fosse arcaica, ficando esta para o fim. Seguidamente, têm lugar os sentidos extensivos e figurados.

IV – A orthografia

A Ortografia deixou de ser uma parte integrante da Gramática, para passar a ser uma problemática discutida por todos, sem que se tome a atitude correcta. Todos os escritores acreditam dominar a área da ortografia, escrevendo do modo que lhes parece mais adequado, daí a existência de uma multiplicidade de ortografias.

Torna-se difícil entender que norma seguir, pois, oficialmente, o modelo seria o “Diário do Governo”, mas os ministros apenas praticam essa norma quando estão a escrever no referido jornal, na sua vida diária praticam a ortografia ensinada na escola. Nem se põe a hipótese de seguir os grandes escritores, já que cada um faz o uso que mais lhe convém e o mesmo se passa com os dicionaristas, que julgam ter o direito de escrever como entendem, direito que Cândido de Figueiredo lhes não reconhece. A única excepção prende-se com as palavras que o lexicógrafo só conhece por via oral, sem que se possa fazer mais do que as reproduzir foneticamente. As variantes devem ser todas tidas em consideração, sendo devidamente autorizadas e começando pela que tem um uso mais geral.

Sobre tudo isto, o autor tece considerações que, hipoteticamente diria, se esta obra não fosse um dicionário: “Sêde embora etymologistas, mas sêde-o como a Itália e Espanha, que, possuindo os idiomas mais irmãos do nosso, simplificaram a sua orthographia, uniformizando a sua escrita e facilitando o conhecimento da língua; e vereis como as crianças e os estrangeiros aprenderão facilmente a ler”. Faz, depois, algumas citações de dicionaristas que, nos seus prefácios, mostraram a sua opinião sobre a problemática da ortografia. Continua mostrando os seus pontos de vista, acerca de alguns aspectos problemáticos, mas não lhe cabe fazer gramática, nem estabelecer tratados de Filologia, para esses efeitos existem outras obras e entidades.

As considerações etimológicas vão, ainda, merecer um número considerável de linhas, em que se explicam as evoluções de algumas palavras e os respectivos processos fonológicos, mais, ou menos, regulares que resultaram em grafias estranhas para o leitor menos letrado. Explica a sua preferência pela grafia fonética, baseando-se nas vantagens que esta tem, comparativamente com os resultados obtidos a partir de algumas etimologias exageradas.

A última parte do capítulo é, inteiramente, votada às questões relacionadas com o sistema verbal, contemplando as excepções, a legitimidade da ocorrência de duas terminações, os sufixos mais produtivos.

V – A pronúncia

A problemática da pronúncia é uma dificuldade que muito afectou todos os estudiosos da língua. A falta de acentuação nos documentos e obras literárias do passado levou a várias suposições, nem sempre válidas e os dicionaristas, vendo-se confrontados com esta realidade, registam os factos e indicam a pronúncia mais vulgar. No entanto, no caso dos termos científicos, é sempre tempo de corrigir os erros, especialmente em campos como o da Medicina.

O trabalho do lexicógrafo é dificultado pelo facto de incluir, no dicionário, palavras dos outros países de expressão portuguesa que nunca ouviu pronunciar e no âmbito das palavras compostas, especialmente nas de índole científica. Para evitar maiores problemas, o esforço deve ser no sentido de definir a vogal tónica, decisão que, em muito, ajudará quem é confrontado com um vocábulo pela primeira vez.

VI – A acentuação gráfica

O respeito pelas leis da fonética parece ter alguns resultados positivos em línguas em que se escreve de uma forma e se lê de outra, mas o autor considera que, para o português é absurdo, já que todos os leitores saberão o valor das sílabas. Segundo a sua concepção, o mais relevante é a sílaba tónica e, como tal, devemos servir-nos dos acentos gráficos, pura e simplesmente. Procede a uma breve explicação acerca do valor e do modo de emprego dos vários diacríticos, como forma de incentivo à sua utilização, sempre que necessário, como no caso das esdrúxulas. Continua com várias questões sobre as vogais, o seu som, a aplicação dos acentos, o seu valor em certos contextos, etc. Reconhecendo o verdadeiro lugar do lexicógrafo, admite: “É verdade que, em tal matéria, e dada a possibilidade de divergências fundadas ou infundadas, o dicionarista nada impõe: propõe.”, ao que acrescenta: “O autor propõe; os mais entendidos e o público dispõem.”.

VII – A etymologia

Esta é uma parte do dicionário que não tem grande importância para o comum dos consulentes, mas que, para os mestres da Filologia tem um valor que chega a fazer ascender ao estatuto de ciência, por si só. Assim como é importante, é difícil e oferece dificuldades a quem não possuir conhecimentos de várias línguas.

Uma boa parte das obras disponíveis, de autores especialistas na matéria e da ajuda de arabistas e romanistas, forma imprescindíveis para encontrar a etimologia de inúmeras palavras, se os mestres erraram o erro foi reproduzido. O autor assume

totalmente a responsabilidade pela indicação da origem de inúmeros vocábulos, para os quais não encontrou o percurso etimológico, em nenhuma das fontes consultadas. Verificando alguns erros, Cândido de Figueiredo adicionou um “Supplemento” em que procede a rectificações possibilitadas pelo avanço nas matérias etimológicas.

Complicadas foi a adaptação de muitos vocábulos de línguas que não têm sistema de escrita ou que têm um alfabeto que não o românico, como são os casos das palavras em Tupí, ou de origem árabe, tendo, no último caso, seguindo os mais “hábeis arabistas nossos”. As palavras de origem helénica constituíram um problema semelhante, apesar de mais próximas das nossas.

VIII – A grammática

Esta obra não inclui noções gramaticais porque “A grammática, (...), como estudo das leis que regulam a linguagem, não me mereceu nunca estranhado affecto, por me parecer circunscrita no domínio de uma casuística, sem vantagens imediatas para o conhecimento prático da língua”, e porque “A população escolar, e aquelles que, para o estudo da língua, têm a ingenuidade de procurar Grammáticas em vez de procurar os bons escritores, não lutam hoje com a deficiência de compêndios, como nos tempo idos”.

É necessário reconhecer que, neste aspecto, o Brasil tomou a dianteira, fazendo avançar a Filologia muito antes de nós. Mas, as nossas Letras, apesar de mais tarde, apresentaram também o valioso trabalho do Dr. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, a *Grammática Portuguesa*. Também a tarefa do gramático foi árdua e com pontos susceptíveis de crítica, aspectos superados em áreas como a Fonética e Morfologia.

As dúvidas de carácter gramatical serão sobejamente esclarecidas pela leitura dos grandes e valiosos mestres da língua. No entanto, o autor deste dicionário tem a sua obra gramatical disponível à consulta de quem a procurar, os volumes de *Lições Práticas da Língua Portuguesa*.

IX – Um appello

O último capítulo da “Conversação Preliminar” pretende pedir a compreensão dos para leitores, para algumas imperfeições que possam surgir, uma vez que “não há trabalhos literários mais susceptíveis de crítica fácil, fundada ou infundada, do que os trabalhos lexicográficos”. Assume os erros cometidos e está disposto a aceitar todos os reparos e ensinamentos “que não denunciem ausência de boa fé ou de juízo claro”.

Devido à procura que a obra teve ainda antes de estar concluída, o autor faz a previsão de uma nova edição, onde poderá corrigir alguns lapsos e faltas. Tem

consciência de que muito há por pesquisar pelo país fora e muito a aprender com os letrados brasileiros.

Termina o seu prefácio com um agradecimento: “Já dêvo muito aos homens letrados de Portugal e do Brasil, mas inda tenho logar pãra amplos agradecimentos, pêlo incitamento com que me distinguem e pêla cooperação com que, por intermédio meu, continuarão a ser servidos mais caros interesses das lêtras portugêsas.”

Datado de 10 de Março de 1899, Cândido de Oliveira assina a sua “Conversação Preliminar”.

Bibliografia

- FIGUEIREDO, Cândido de (1899) *Novo Diccionário da Língua Portugêsa*, 1ª edição. Livraria Editora Tavares Cardoso & Irmão.
- FIGUEIREDO, Cândido de (1913) *Novo Diccionário da Língua Portuguesa*, 2ª edição. Lisboa, Livraria Clássica Editora.
- FIGUEIREDO, Cândido de *Novo Diccionário da Língua Portugesa*, 4ª edição. Lisboa, Sociedade Editora Artur Brandão & Ca..
- FIGUEIREDO, Cândido de *Novo Diccionário da Língua Portuguesa*, 5ª edição. Lisboa, Livraria Bertrand.
- FIGUEIREDO, Cândido de (1949) *Novo Diccionário da Língua Portuguesa*, 10ª edição. Lisboa, Livraria Bertrand.
- SILVA, António de Moraes (1789) *Diccionário da Língua Portugueza*, 1ª edição. Lisboa, Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- SILVA, António de Moraes (1813) *Diccionário da Língua Portugueza*, 2ª edição. Lisboa, Typographia Lacerdina.
- SILVA, António de Moraes (1823) *Diccionário da Língua Portugueza*, 3ª edição. Lisboa, Typographia de M. P. Lacerda.
- SILVA, António de Moraes (1831) *Diccionário da Língua Portugueza*, 4ª edição. Lisboa, Impressão Régia.
- SILVA, António de Moraes (1844) *Diccionário da Língua Portugueza*, 5ª edição. Lisboa, Typographia de António José da Rocha.
- SILVA, António de Moraes (1858) *Diccionário da Língua Portugueza*, 6ª edição. Lisboa, Typographia de António José da Rocha.
- SILVA, António de Moraes (1890) *Diccionário da Língua Portugueza*, 8ª edição. Lisboa, Editora – Empreza Litterária Fluminense.
- SILVA, António de Moraes *Diccionário da Língua Portugueza*, 9ª edição. Lisboa, Editora – Empreza Litterária Fluminense.
- SILVA, António de Moraes *Grande Diccionário da Língua Portuguesa*, 10ª edição. Editorial Confluência.
- SILVA, António de Moraes *Novo Diccionario Compacto da Lingua Portuguesa*, 2ª edição. Editorial Confluência.